

**Intervenção do Deputado Jaime Jorge  
no período legislativo de Março**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhores Membros do Governo

**VITIVINICULTURA – DA REESTRUTURAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO**

Em 1986, quando Portugal assinou o acordo de adesão à então Comunidade Económica Europeia, uma das obrigações daí decorrentes com fortes implicações para os Açores, foi a exigência de num determinado prazo - neste caso dez anos - os açorianos terem de proceder à substituição das espécies vitis de origem americana, produtores directos, castas que nós açorianos conhecemos como produtoras de vinho de cheiro ou americano, numa referencia directa á sua origem.

Estas castas haviam sido introduzidas nos açores na segunda metade do sec. XIX, depois dos vinhedos existentes nas ilhas – as nossas castas tradicionais -, trazidas pelos nossos colonizadores, terem sido dizimadas na sua quase totalidade pela filoxera.

Esta obrigação decorria sobretudo, da preocupação emergente que existia à data, pelas questões relacionadas com a saúde pública, embora também se percebesse que poderia ainda assentar numa questão de orgulho regional europeu.

Neste domínio, a Europa pugnava sobretudo pela implantação de variedades de origem europeia, como base do desenvolvimento genético de um conjunto de castas, nalguns casos híbridas, de resultados comprovadamente superiores em termos da obtenção de produtos de maior qualidade e de maior valor acrescentado, sem que lhes estivessem permanentemente associadas as citadas questões relacionadas com a saúde pública.

Embora estas castas americanas estivessem à data, disseminadas por quase todas as ilhas dos Açores, de facto a produção deste tipo de vinho só nalgumas ilhas assumia a importância de uma actividade, com implicações

socio-económicas importantes, sendo que uma delas era seguramente a ilha do Pico.

Esta imposição por parte da Comunidade, levou a que nesta ilha se iniciasse, há alguns anos, um ciclo importante de reconversão da vinha, visando atingir a médio prazo dois objectivos bem distintos:

Por um lado, dar um forte incremento à cultura das nossas castas tradicionais, de reconhecida e comprovada qualidade, sem necessidade de se submeterem a qualquer período de adaptação, alargando assim a sua área de implantação e com isso aumentar a sua produção.

Por outro, incentivar e apoiar a introdução na nossa Região de novas castas, que permitissem aos viticultores proceder a uma substituição gradual e sem sobressaltos, das suas áreas de produtores directos, permitindo também um aumento dos índices de rentabilidade das suas explorações.

É em consequência directa desta situação, que foi criada nos Açores as três primeiras regiões determinadas para vinhos de qualidade, designadamente nas ilhas da Graciosa, Terceira e Pico. E é também desse período que surgem os primeiros vinhos certificados açorianos.

Essa primeira fase de reconversão da vinha foi ainda responsável pelo aparecimento nos Açores de diversas marcas de vinho de mesa, sobretudo nas ilhas Terceira e Pico, que todos nós bem conhecemos. Durou até 1999, altura em que terminaram os apoios à reconversão, consignados no Programa Operacional da Vinha, saído do I QCA.

Contudo em 2002, com a aplicação aos Açores, do Programa de iniciativa comunitária VITIS, não só foi possível aos viticultores açorianos reiniciarem os seus investimentos na reconversão das suas vinhas velhas e caducas, como ainda replantar áreas que já haviam produzido e que nesta altura eram terrenos incultos.

Dos investimentos efectuados na ilha do Pico, nesta que podemos chamar a segunda fase da reconversão/reestruturação da vinha, estão neste momento plantados, até hoje, 21,184 ha de castas brancas, distribuídas por Arinto, Fernão Pires, Generosa, Rio Grande, Verdelho Gouveia e Viosinho;

Grupo Parlamentar

22, 222 ha de castas tintas, distribuídas por um conjunto muito diversificado, que vai desde a Agronómica e o Saborinho, apostas que vêm já da primeira fase da reconversão, até aos Cabernets e Merlot, passando ainda pelas castas Complexa, Alicante e Syrah, demonstrando claramente a preocupação subjacente de encontrar um conjunto de castas tintas com elevados índices de compatibilidade com as condições edafo-climáticas dos Açores.

Uma boa parte desta área, cerca de 56%, foi já enxertada no ano passado, começando já este ano a produzir com alguma normalidade, enquanto que a quase totalidade da área restante é provavelmente enxertada este ano.

Escusado será dizer que dentro de dois a três anos toda esta área estará a atingir a sua maturidade produtiva, entrando de seguida num ciclo de plena produção, podendo na sua totalidade atingir os 200 a 300 mil litros de vinho, em cada ano.

Saudamos a decisão tomada de se ter dado seguimento a um processo iniciado pelos governos do PSD, que no domínio da diversificação da nossa agricultura tradicional, vai certamente contribuir para fortalecer uma actividade económica com fortes implicações, até na indústria turística das nossas ilhas.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhores Membros do Governo

Há contudo ainda muito para fazer. De facto todo este esforço de investimento na viticultura, deveria ter sido acompanhado em igual medida, por uma forte aposta no melhoramento, senão mesmo reconversão das nossas unidades de transformação.

No domínio da diversificação da nossa agricultura, designadamente na vitivinicultura na ilha do Pico, existe uma nova e emergente actividade económica. Ela assenta numa vasta base produtiva, que já lançou no mercado várias marcas de vinhos, entre os quais alguns certificados pela nossa recentemente criada Comissão Vitivinícola Regional e provenientes da nossa região determinada para a produção de Vinhos Regionais, que são todas as nove ilhas açorianas.

Esta situação exige que agora se comece a avaliar com seriedade o estado actual das nossas unidades transformadoras. Não podemos exigir delas, aquilo que elas não foram preparadas para dar.

Na ilha do Pico todos os viticultores que aderiram a este processo de reestruturação, e que para isso tiveram de fazer avultados investimentos nas suas explorações, depositam todas as suas esperanças na única adega existente na ilha licenciada para o efeito, pertença da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico. Não podemos por isso defraudar as suas esperanças e expectativas, nem conduzi-los ao fracasso, depois do esforço que fizeram.

Foi aliás para os animar e incentivar, para encorajá-los a continuar, que a região encetou há alguns anos este processo e despendeu todo este esforço. Não podemos agora morrer na praia.

Lembre-se a propósito, que esta unidade de transformação foi construída em finais da década de 50, tendo iniciado a sua produção em 1961. Foi construída num quadro vitivinícola completamente diferente do actual e para satisfazer uma necessidade e resolver problemas que hoje já não existem.

Mesmo assim durante todos estes anos, foi sofrendo algumas reconversões internas, sobretudo ao nível da tecnologia de vinificação mas sempre a reboque, embora tentando acompanhar todo o processo de reestruturação.

Neste momento e na fase em que se encontra, não irá conseguir responder à procura que irá ter por parte dos viticultores seus associados. Não está preparada tecnologicamente, nem tão pouco tem capacidade para simplesmente armazenar toda a produção que as áreas atrás referidas nos levam a perspectivar.

Sem capacidade financeira para poder enfrentar todos os investimentos que neste momento se mostram necessários, a Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, só pode contar com o Governo Regional, para em conjunto e em parceria enfrentarem a resolução deste delicado e premente problema.

Como aconteceu em relação ao sector dos lacticínios, em que o governo teve de construir uma nova fábrica, de molde a garantir condições de laboração de toda a produção. No sector da carne, demonstrou igual

preocupação ao iniciar a construção do novo matadouro, também neste sector tem de ser assegurado aos viticultores igualdade de condições e de tratamento, sob pena de nos próximos tempos poder-mos assistir à sua completa desestabilização.

Acresce a tudo isto, o facto recente da classificação como Património Mundial da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, que reenquadrando todo este cenário, só poderá vir a agudizar esta preocupação, se a situação persistir por muito mais tempo.

Sendo esta uma paisagem viva, porque dinâmica e produtiva, interagindo todos os dias com o homem, só poderá manter-se e perpetuar-se para além da nossa geração, se enquadrada num sector económico saudável, que possa transmitir a cada momento e a cada um dos seus agentes, segurança, tranquilidade e confiança.

Disse.

Jaime Jorge

Horta, Sessão Plenária de Março de 2005